



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

ATA DE REUNIÃO



GRUPO TÉCNICO PARA EFICIENTIZAÇÃO DA ENERGIA NAS EDIFICAÇÕES NO PAÍS

IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO

44ª Reunião

Data da Reunião	Horário	Local	Coordenador da Reunião
14/01/2025	Início: 09:30 / Término: 12:17	Video Conferência	Alexandra Maciel

PARTICIPANTES

Nome	Titular/Suplente/Convidado	Instituição/E-mail
1 Alexandra Maciel	Suplente- coordenadora	MME/ alexandra.maciell@mme.gov.br
2 Jairo Jose Coura	Convidado	MCTI/ JAIRO.COURA@mcti.gov.br
3 Edson Leite Ribeiro	Convidado	Mcidas/ edson.ribeiro@cidas.gov.br
4 Gustavo Daou Palladini	Convidado	EPE/ gustavo.palladini@epe.gov.br
5 Ana Cristina Braga Maia	Titular	EPE/ ana.maia@epe.gov.br
6 Mariana Weiss de Abreu	Suplente	EPE/ mariana.weiss@epe.gov.br
7 George Alves Soares	Titular	ENBPAR/ george.soares@enbpar.gov.br
8 Myrthes Marcelle Farias Dos Santos	Suplente	ENBPAR/ myrthes.santos@enbpar.gov.br
9 Marina da Silva Garcia	Convidado	ENBPAR/ marina.garcia@enbpar.gov.br
10 Mariana Martins	Titular	CBIC/ mariana@ghome.com.br
11 Mariana Silveira Nascimento	Suplente	CBIC/ presidencia@cbic.org.br
12 Roberto Lamberts	Titular	Representante da Sociedade Civil/ roberto.lamberts@ufsc.br
13 Carlos Eduardo Firmeza	Convidado	ANEEL/ firmeza@aneel.gov.br
14 Jefferson Alberto Prestes	Titular	INMETRO/ japrestes@inmetro.gov.br
15 Denize Coelho Cavalcanti	Convidada	MGI/ denize.cavalcanti@gestao.gov.br
16 Leila Cotica	Convidada	MGI/ leila.cotica@gestao.gov.br
17 Átila de Azevedo Caparrosa	Convidado	MGI/atila.caparrosa@gestao.gov.br
18 Simone Monice	Convidada	Caixa/ simone.monice@caixa.gov.br
19 Mariana Ferrini Giacon	Convidada	Caixa/ mariana.giacon@caixa.gov.br
20 Juliane Porto Cruz de Medeiros	Convidada	MMA/ juliane.medeiros@mma.gov.br
21 Guilherme Ribeiro Xavier	Convidado	MME/ guilherme.xavier@mme.gov.br

PAUTA

Assunto
a) Aprovação da ata da 43ª reunião do GT Edificações
b) Balanço das ações do GT Edificações em 2024
c) Próximos passos
d) Pré-análise das contribuições recebidas para a minuta de Resolução de Índices Mínimos de EE para Edificações e ajustes necessários para consulta pública
e) Encaminhamentos

DISCUSSÃO/DECISÕES

Discussão/Decisão	Participante/Instituição
a) Aprovação da ata da 43ª reunião do GT Edificações	
APROVADA POR TODOS MEMBROS PRESENTES	
b) Balanço das ações do GT Edificações em 2024	
<p>Iniciou a apresentação tratando sobre a relevância do setor de edificações com base nos dados dos cadernos do PDE 2034, com destaque para o setor de serviços e residencial. Também tratou sobre os resultados alcançados, como:</p> <ul style="list-style-type: none">• A Resolução CGIEE no. 1/2024, a qual passou a incluir o setor de edificações;• A aprovação do Plano de Trabalho do GT Edificações para o triênio 2024-2026, o qual está disponível na página do GT Edificações do Portal de Eficiência Energética;• Aprovação e publicação do Regimento Interno para o GT Edificações, o qual também se encontra disponível no Portal;• Criação e aprovação da logomarca do GT Edificações;• Realização de um total de 14 reuniões em 2024;• Elaboração de proposta de resolução do CGIEE para esclarecimento e formalização dos papéis na implementação da classificação de Eficiência Energética;• Oferecimento de três Workshops voltados para a discussão da Resolução de Índices Mínimos de Eficiência Energética para Edificações, os quais contaram com 109 participantes e 133 contribuições no total, que geraram alguns ajustes no texto da resolução;• R\$ 14.381.700,00 em projetos aprovados no 5º PAR/Procel - Edificações, com vários deles sendo de caráter estrutural para a implementação dos Índices Mínimos.• Submissão de artigo no SNPTE que trata sobre o trabalho para desenvolvimento e proposição dos índices mínimos de eficiência energética para edificações.	Alexandra Albuquerque/ MME

Discussão/Decisão	Participante/Instituição
Questionou se o Projeto de "Padronização e catalogação de bens que apresentam os melhores níveis de eficiência energética para aquisição e contratação por órgãos e entidades da Administração Pública" já havia sido de fato aprovado.	Denize Coelho Cavalcanti / MGI
Confirmou que a aprovação do projeto ocorreu ao final de 2025 e mostrou que é possível consultar o documento aprovado do 5º PAR/Procel no Portal de Eficiência Energética. Reiterou os termos de referência para a contratação dos trabalhos no âmbito desse projeto ainda serão elaborados no Procel e que, ao longo de 2025, ele será desenvolvido, certamente com a colaboração do MGI.	Alexandra Albuquerque/ MME
Indagou sobre o desenvolvimento dos projetos do 4º PAR, tendo em vista que ainda não foram iniciados.	Mariana Martins/ CBIC
Explicou que, por conta da transição do Procel da Eletrobrás para a ENBPar, o 4º PAR também foi transferido, sem ter sido executado. Então, as contratações do 4º PAR foram iniciadas, contudo o processo está com seu desenvolvimento prejudicado por conta da transição.	Alexandra Albuquerque/ MME
Confirmou a informação, e reiterou os grandes desafios a serem enfrentados por conta da equipe se encontrar reduzida e haver a necessidade de tocar o 4º e o 5º PAR ao mesmo tempo, até outubro de 2025. Informou que em breve o contato com o MGI será retomado para realizar contratações e que o atraso foi fruto da sobrecarga que está sendo enfrentada pela ENBPar.	George Alves Soares / ENBPar
Levantou dúvidas sobre a validade da instrução normativa (IN) 02 em relação ao processo em discussão. Ele questionou se a IN 02 precisaria ser revogada ou se poderia continuar válida.	Jefferson Alberto Prestes/ Inmetro
Respondeu que a IN 02 pode continuar vigente, embora não especifique as instâncias de fiscalização, que serão detalhadas na nova resolução. Ela esclareceu que, a partir de 2035, a IN 02 perderá a validade, pois as exigências relacionadas se tornarão obsoletas. Destacou que existe tempo suficiente para realizar as articulações necessárias e, se julgar necessário, propor uma nova edição da IN 02 antes de sua perda de validade.	Alexandra Albuquerque/ MME
Enfatizou a importância do PBE possuir recursos próprios. Indagou se os recursos apresentados já estavam aprovados e qual era a sua origem, pedindo uma contextualização geral sobre a fonte de financiamento. Também apontou a importância de saber os valores que já foram investidos no PBE Edifica.	Jefferson Alberto Prestes/ Inmetro
Explicou que os recursos já estão aprovados e direcionados aos projetos, conforme previsto na Lei no. 9991, a qual define que 1% da receita operacional líquida anual das concessionárias de energia elétrica deve ser direcionado para projetos de Pesquisa & Desenvolvimento e de Eficiência Energética (0,5% para P&D e 0,5% para Eficiência Energética). Da porcentagem direcionada para Eficiência Energética, 80% são diretamente implementados em projetos das próprias concessionárias e 20% vai para o Procel, que é o recurso existente para executar todos os subprogramas. A aplicação desses recursos deve ser feita através de um desenho de um Plano Anual de Aplicação de Recursos (PAR), que deve ser aprovado para que o Procel execute seus recursos. Concordou com a importância de saber o quanto já foi investido no PBE Edifica e indicou a existência de um <i>dashboard</i> em Power BI, disponível do site da ENBPar, o qual possui as informações requisitadas.	Alexandra Albuquerque/ MME
Explicou que alguns dados anteriores à privatização da Eletrobras, já que antes tudo era feito com recursos da própria Eletrobras, e do 1º e 2º PAR, não constam no dashboard.	George Alves Soares / ENBPar
Enfatizou a importância de esclarecer que os resultados do PBE Edifica vão além das etiquetas oferecidas, tendo em vista todos os outros resultados atingidos pelo Programa, os quais justificam os investimentos, tendo em mente que o objetivo final dos projetos do segmento de edificações do Procel vai muito além da etiquetagem.	Jefferson Alberto Prestes/ Inmetro
c) Próximos passos	
Apresentou os passos futuros para o GT Edificações, divididos em 9 ações prioritárias. Sugeriu a criação de uma agenda e definição de tarefas.	Alexandra Albuquerque/ MME
Reiterou a importância de nos planejarmos para a COP-30, pensando na possibilidade de um estande para divulgação de índices mínimos até novembro. Além disso, sugeriu difundir mais a questão da eficiência energética em edificações dentro de eventos de Geração Distribuída, tendo em vista a falta de preocupação com eficiência de muitos projetos de Energia Fotovoltaica.	Ana Cristina Braga Maia/ EPE
Concordou com a sugestão e propôs realizar um mapeamento dos eventos de GD nos quais o GT Edificações possa inserir-se.	Alexandra Albuquerque/ MME
Também concordou com a sugestão, tendo em mente algumas tentativas de utilização de recurso de Eficiência Energética para aplicações puramente de Geração Distribuída. Ademais, sugeriu adicionar como resultado o Lançamento do Energia Zero e a realização da PPH Comercial, que foi a primeira a trazer pesquisa de elementos arquitetônicos.	George Alves Soares / ENBPar
c) Pré-análise das contribuições recebidas para a minuta de Resolução de Índices Mínimos de EE para Edificações e ajustes necessários para consulta pública	
Ofereceu um panorama sobre as contribuições oferecidas para a minuta da Resolução de índices Mínimos, explicando que deverá haver um debate para realizar algumas alterações mais substanciais ao documento, tais quais críticas ao longo prazo dos setores comercial e residencial, bem como o conservadorismo dos índices mínimos estabelecidos. O prazo final de contribuições é 15/01/2025, com isso em mente, sugeriu-se realizar uma rodada de revisão com base em todas as contribuições oferecidas antes de fazer o lançamento da chamada pública. Em seguida, foi compartilhada a versão mais atual da minuta, com algumas alterações na redação, a fim de tornar o texto mais claro com base nas dúvidas que surgiram nos Workshops.	Alexandra Albuquerque/ MME
Sobre o artigo 1º- Perguntou sobre o escopo das reformas abrangidas pela proposta, se seria baseado pela área ou pelo custo.	George Alves Soares / ENBPar
Explicou que, apesar da principal preocupação ser com a área da edificação, considerou-se a importância de também considerar as obras voltadas para áreas menores mas que ainda sejam de caráter muito substancial, pois terão um custo mais elevado.	Alexandra Albuquerque/ MME
Sugeriu a alteração do texto, trocando "limiar de custo definido como" para "o valor do"	Gustavo Daou Palladini/ EPE
Indagou sobre qual dos vários tipos de CUB seriam utilizados no cálculo da Resolução.	Mariana Martins/ CBIC
Esclareceu que há um Custo Unitário Básico Médio Brasil e que ele seria utilizado como referência.	Alexandra Albuquerque/ MME
Informou que o CUB Médio Brasil considera apenas dados residenciais, então não poderia ser utilizado como parâmetro.	Mariana Martins/ CBIC

Discussão/Decisão	Participante/Instituição
Indagou porque o custo não é proporcional ao tamanho da edificação, já que edificações maiores podem possuir um custo alto para reformas simples.	Mariana Ferrini Giacón/ Caixa
Respondeu oferecendo um panorama histórico geral sobre como os critérios foram estabelecidos. Esclarecendo que o objetivo final é buscar abranger edificações com mais de 500 m² e também edificações menores com reformas significativas, sendo o custo o critério escolhido.	Alexandra Albuquerque/ MME
Sugeriu considerar o CUB cuja tipologia é mais comum, utilizando um valor médio como parâmetro.	Leila Cotica/ MGI
Concordou e perguntou aos representantes da Caixa Econômica Federal qual seria o CUB mais adequado para selecionar.	Alexandra Albuquerque/ MME
Explicou que não há um CUB comum em obras públicas, pois os orçamentos são muito diversos. Sugeriu selecionar um valor fixo atualizado por algum índice público.	Mariana Ferrini Giacón/ Caixa
Sugeriu estabelecer um critério mínimo geral, no caso área de 500m², e depois fazer um inciso com uma tabela descrevendo as referências para diversas tipologias, atacando apenas as exceções.	George Alves Soares / ENBPar
Questionou o critério de área, tendo em vista que reformas pequenas em prédios grandes cairiam na minuta.	Mariana Martins/ CBIC
Explicou que a minuta é clara no tipo de reforma abrangida na resolução, com alterações significativas na envoltória devendo respeitar os índices mínimos.	Alexandra Albuquerque/ MME
Sugeriu utilizar o valor limítrofe definido no artigo 184-A da Lei nº 14.133 como valor mínimo ao invés do CUB, já que ele é atualizado anualmente pelo MGI.	Átila de Azevedo Caparrosa/ MGI
Concordou com a sugestão, por basear-se em uma Legislação Existente, citando o artigo da Lei como parâmetro. Realizou as alterações no texto da minuta para utilizar o valor limítrofe sugerido ao invés da área mínima. Relembrou que esclarecer essas questões de compreensão do texto e aprimoramento da redação antes da abertura para consulta pública.	Alexandra Albuquerque/ MME
Perguntou se o custo dos equipamentos entra no valor mínimo.	George Alves Soares / ENBPar
Informou que o custo entra, com valores menores estando apenas indexados ao Manual de Compras Públicas, não tendo que alcançar os Índices Mínimos.	Alexandra Albuquerque/ MME
Sugeriu esclarecer as reformas que são abrangidas pela minuta, deixando claro que obras de outro caráter não deverão se preocupar em atingir os índices mínimos.	Átila de Azevedo Caparrosa/ MGI
Concordou com a sugestão e alterou o texto da minuta. Em seguida, reiterou que os membros na reunião têm mandato para convocar uma reunião do GT Edificações para discutir de modo mais profundo qualquer item que julgarem necessário.	Alexandra Albuquerque/ MME
Perguntou se há previsão para o Lançamento da Consulta Pública.	Átila de Azevedo Caparrosa/ MGI
Informou que a previsão é que a Consulta Pública ocorra entre fevereiro e março. Reforçou a importância do GT Edificações focar em fornecer todas as contribuições cabíveis. Continuou oferecendo um panorama geral sobre a Minuta de Resolução.	Alexandra Albuquerque/ MME
Indagou sobre qual valor é considerado no critério de valor mínimo: o orçado, o licitado ou o executado? Ainda tendo em mente que uma nova obra tenha que ser realizada para atingir os índices Mínimos. Sugerindo o esclarecimento no documento em relação a isso.	Marina da Silva Garcia/ ENBPar
Esclareceu que o orçamento referente ao orçamento básico, feito antes da licitação, é o que será considerado. De modo que o atendimento aos índices mínimos será requerido no processo licitatório. Com isso em mente, esse esclarecimento foi adicionado ao texto.	Alexandra Albuquerque/ MME
Sugeriu adicionar um esclarecimento de que os custos para etiquetagem no padrão A deverão estar incluídos no orçamento submetido na licitação.	Leila Cotica/ MGI
Concordou com a sugestão e alterou o texto. Em seguida, continuou com a leitura do texto da minuta.	Alexandra Albuquerque/ MME
Sugestão de esclarecimento no Artigo 10º de que a empresa contratada é a responsável por fornecer a etiqueta comprobatória do atendimento aos índices mínimos.	Leila Cotica/ MGI
Concordou com a sugestão e alterou o texto. Reforçou novamente que, caso algum dos presentes na reunião possua alguma sugestão de alteração a ser feita antes do Lançamento para Consulta Pública, deve-se convocar uma reunião do GT Edificações para tratar do aprimoramento.	Alexandra Albuquerque/ MME
Por fim, considerando a grande demanda de trabalho com vistas a regulamentação de índices mínimos, o grupo concordou em realizar reunião no próximo mês. A princípio no dia 18/02. Alterado para dia 20/02 devido a conflito de agenda.	Alexandra Albuquerque/ MME

ENCAMINHAMENTOS

Encaminhamentos	Responsável	Data Limite
Atualizar a lista de contatos do GT Edificações	Alexandra	20/02
Enviar e-mail com convite da 45ª Reunião do GT Edificações e texto atualizado da minuta	Alexandra	14/01

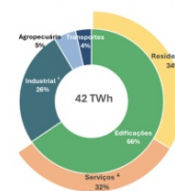
FECHAMENTO DA ATA

Data da Ata	Relator
16/01/2025	Guilherme R. Xavier



Relevância do setor de edificações para o planejamento energético

Contribuição setorial para os ganhos de eficiência elétrica no ano 2034 (% do ganho total)



Fonte: Elaboração EPE.

As edificações contribuem com a maior parcela dos ganhos de eficiência elétrica: 66% do total, ou 27 TWh em 2034.



Fonte: Elaboração EPE.

Resolução CGIEE no. 1/2024

ANEXO
AGENDA REGULATÓRIA DO CGIEE PARA O PERÍODO 2024-2026

Temas: Estudos e atividades para definição de índices mínimos de eficiência energética para:	2024	2025	2026
	1º Sem	2º Sem	1º Sem 2º Sem 1º Sem 2º Sem
Iluminação Indoor	AIR e CP	Publicação	
Refrigeradores Comerciais	AIR	CP e Publicação	
Edificações (Residenciais, de Serviço e Públicas)	AIR	CP	Publicação
Condicionadores de Ar Comerciais	AIR	CP	Publicação
Iluminação Pública	AIR	CP	Publicação
Ventiladores de mesa		AIR	CP
Fornos e fogões a gás e elétricos		AIR	CP
Bombas		AIR	CP
Compressores de ar		AIR	CP

AIR - Análise de Impacto Regulatório; CP - Consulta Pública; Publicação - Publicação de Resolução com índices mínimos de eficiência energética.

Eficiência Energética – Lei 10.295/2001

CGIEE

Comitê Gestor de Indicadores e Níveis de EE

- Índices mínimos devem ser definidos de acordo com regulamentação específica

GT Edificações

- Discute procedimentos para avaliação da eficiência energética de edifícios construídos ou reformados no Brasil

Membros (Decreto nº 9864/2019):

- Ministério de Minas e Energia (MME)
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
- Secretaria de Gestão do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI)
- Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades (Mocidades)
- Centro de Pesquisa de Eletricidade (CEPEL)
- Empresa de Pesquisa Energética (EPE)
- Programa Nacional de Conservação de Energia (Procel)
- Programa Nacional de Uso Racional de Derivados de Petróleo e Gás Natural (Conpet)
- Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)
- Conselho Brasileiro de Arquitetura e Urbanismo (CAU-BR)
- Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agricultura (CONFEA)
- Representante da Academia Brasileira, especialista em energia e edificações



<https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/ee/gt-e>

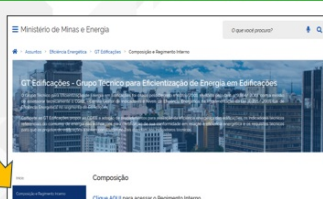
Aprovação do Plano de Trabalho 2024-2026



https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/ee/gt-edificacoes-1/plan_trab

Sumário	
1. Introdução	1
2. Objetivos	2
3. Escopo	3
4. Metodologia	4
5. Resultados	5
6. Conclusões	6
7. Anexos	7
8. Referências	8
9. Glossário	9
10. Siglas	10
11. Anexos	11
12. Anexos	12
13. Anexos	13
14. Anexos	14
15. Anexos	15
16. Anexos	16
17. Anexos	17
18. Anexos	18
19. Anexos	19
20. Anexos	20
21. Anexos	21
22. Anexos	22
23. Anexos	23
24. Anexos	24
25. Anexos	25
26. Anexos	26
27. Anexos	27
28. Anexos	28
29. Anexos	29
30. Anexos	30
31. Anexos	31
32. Anexos	32
33. Anexos	33
34. Anexos	34
35. Anexos	35
36. Anexos	36
37. Anexos	37
38. Anexos	38
39. Anexos	39
40. Anexos	40
41. Anexos	41
42. Anexos	42
43. Anexos	43
44. Anexos	44
45. Anexos	45
46. Anexos	46
47. Anexos	47
48. Anexos	48
49. Anexos	49
50. Anexos	50

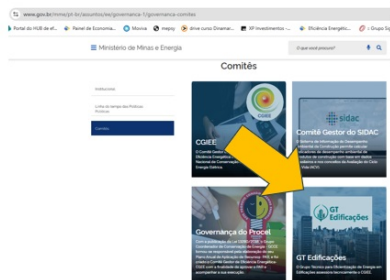
Aprovação e publicação do Regimento interno



https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/ee/gt-edificacoes-1/comp_reg_int

RESOLUÇÃO CGIEE Nº 2, DE 19 DE JUNHO DE 2024
1. Introdução
2. Objetivos
3. Escopo
4. Metodologia
5. Resultados
6. Conclusões
7. Anexos
8. Referências
9. Glossário
10. Siglas
11. Anexos
12. Anexos
13. Anexos
14. Anexos
15. Anexos
16. Anexos
17. Anexos
18. Anexos
19. Anexos
20. Anexos
21. Anexos
22. Anexos
23. Anexos
24. Anexos
25. Anexos
26. Anexos
27. Anexos
28. Anexos
29. Anexos
30. Anexos
31. Anexos
32. Anexos
33. Anexos
34. Anexos
35. Anexos
36. Anexos
37. Anexos
38. Anexos
39. Anexos
40. Anexos
41. Anexos
42. Anexos
43. Anexos
44. Anexos
45. Anexos
46. Anexos
47. Anexos
48. Anexos
49. Anexos
50. Anexos

Criação e aprovação da Logo do GT Edificações



Balanco das reuniões em 2024



Reunião	Data
40ª Reunião do GT-EDIFICAÇÕES	22/01/2024
41ª Reunião do GT-EDIFICAÇÕES	25/04/2024
Extraordinária	28/05/2024
Extraordinária	27/06/2024
42ª Reunião do GT-EDIFICAÇÕES	30/07/2024
Extraordinária	10/09/2024
43ª Reunião do GT-EDIFICAÇÕES	03/10/2024

7 reuniões

Sub-grupo Indústria da Construção

Reunião	Data
1ª reunião	06/06/2024
2ª reunião	04/07/2024
3ª reunião	16/08/2024
4ª reunião	05/09/2024

4 reuniões

Força-tarefa Gov PBE Edifica

Reunião	Data
5ª reunião	20/07/2024
6ª reunião	18/08/2024
7ª reunião	22/09/2024

3 reuniões

14 reuniões em

Workshops



Balanco das contribuições Workshops

- 109 participantes
- 111 contribuições dos workshops
- 22 contribuições recebidas pelos formulários

Foram realizados ajustes de forma e texto para melhor entendimento, nos artigos:

- 1º, inciso I
- 3º, inserção dos parágrafos 1º e 2º
- 5º, parágrafo 4º
- Inserção de artigo 8º - esclarecimento abrangência do HIS
- 10º (alteração substancial-sobre requisições ao atendimento dos índices mínimos-prefeituras e licitações públicas)

[Link do vídeo de Apresentação da AIR e da Proposta de Resolução](#)

[Link do Formulário de Contribuição](#)

5º PAR/Procel- Edificações

R\$14.380.700,00

Projeto	Recursos
Aprimoramento e disseminação da Plataforma "Projetando Edificações Energeticamente Eficiente – ProjeteEE"	R\$ 600.000,00
Padronização e catalogação de bens que apresentam os melhores níveis de eficiência energética para aquisição e contratação por órgãos e entidades da Administração Pública.	R\$ 3.750.000,00
Programa Piloto de apoio aos Municípios para implementação da Política de Eficiência Energética no segmento de Edificações.	R\$ 3.500.000,00
Construção da Plataforma online para o PBE Edifica e Selo Procel Edificações.	R\$ 1.000.000,00
Promoção de Gestão da Energia em Edificações – Indicadores de Desempenho Energético para os principais sistemas energéticos prediais.	R\$ 1.200.000,00
Eficiência energética no novo Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV)	R\$ 1.000.000,00
Apoio ao Grupo de estudos permanente de eficiência energética e melhoria do arcabouço normativo de normas técnicas relacionadas à eficiência energética em edificações junto ao ABNT/CB-002 (Comitê Brasileiro da Construção Civil)	R\$ 1.050.000,00
Pesquisa da percepção do usuário das unidades do programa de habitação social do governo federal (atualmente, Minha Casa Minha Vida – MCMV), em relação à inovação, sustentabilidade, adoção fontes de energia renováveis e de equipamentos de maior eficiência	R\$ 1.000.000,00
Disseminação técnica do conceito Near Zero Energy Building (NZEB) por meio da implementação do concurso de projetos Solar Decathlon	R\$ 1.280.700,00

Lançamento da PPH Comercial



Pesquisa de Posses e Uso de Equipamento Classe Comercial e de

1. Restaurantes
2. Salões de Beleza
3. Estabelecimentos de Alimentação
4. Supermercados
5. Saúde
6. Hospedagem

Chamada Pública Energia Zero

10/12/2024



Submissão de artigo XXVII SNPTTE

Título: Implementação de Índices Mínimos de Eficiência Energética (MEPS) aplicado às Edificações

Resultados obtidos

Abordagem técnica/metodologia

[...] Neste artigo será apresentada a análise e principais resultados do impacto regulatório da política de Índices Mínimos de Eficiência Energética em Edificações no Brasil. Com a regulamentação, espera-se que os profissionais de projeto, construtoras e incorporadoras passem a adotar projetos arquitetônicos com soluções bioclimáticas e tecnologias mais eficientes e adaptadas.

Os Índices Mínimos de Eficiência Energética serão aplicados nas edificações novas: Residenciais: apartamentos, casas e condomínios; Comerciais e de serviços: lojas, escritórios, hotéis, centros comerciais, hospitais, entre outros; Edificações públicas de todas as esferas governamentais: federais, estaduais e municipais.

Também serão aplicados às edificações que passam por processo de reformas ou ampliações significativas: Edificações públicas de todas as esferas governamentais: federais, estaduais e municipais.

A implementação dos Índices Mínimos de Eficiência Energética gerará benefícios expressivos para a sociedade. Do ponto de vista econômico, a redução no consumo de eletricidade resultará economia nas contas de luz para consumidores residenciais comerciais. No setor público, a menor demanda por energia ajudará a reduzir gastos governamentais, liberando recursos para outras prioridades.

Ambientalmente, a medida contribuirá para a mitigação das mudanças climáticas ao reduzir a necessidade de geração de eletricidade a partir de fontes fósseis.

Para a implementação dos Índices Mínimos de Eficiência Energética em Edificações há um cronograma previsto, com diferentes fases de implementação e índices mínimos, conforme mostra a Figura 1.

Próximos passos em 2025

1. Aprovação e publicação da Resolução que aprova os procedimentos de classificação da eficiência energética das edificações
2. Consulta pública AIR e Resolução de Índices Mínimos para Edificações
3. Publicação Resolução de Índices Mínimos para Edificações
4. Constituição de Comitê de Partes Interessadas para elaboração do Plano de Implementação de Índices Mínimos
5. Ajustes ao Plano de Trabalho do GT Edificações
6. Acompanhamento dos Projetos PAR/Procel
7. Planejamento e implementação das ações para realização do Solar Decathlon América Latina (recursos Procel, parceria Profissionais do Futuro/GIZ e GBC/Brasil)
8. Participação nos workshops e seminários promovidos pelo GBC/Brasil para promoção do setor de edificações e papel na transição energética até a COP-30
9. Difundir EE em Edificações nos eventos de GD e Solar programados para 2025. Fazer levantamento dos eventos.
10. Planejar e avaliar possíveis formas de participação do GT-Edificações na COP-30



Obrigada

Envio de contribuições para: alexandra.maciell@mme.gov.br

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA

